

OS ÍNDIOS E A HISTORIOGRAFIA

Vânia Maria Losada Moreira

Professora Adjunta do Departamento de História da UFES.

Durante a elaboração dos festejos que deveriam acontecer para a comemoração dos 500 anos do Brasil, em 22 de abril de 2000, setores insatisfeitos com os rumos do país e com a própria festa oficial intitulada *Brasil: 500 anos* prepararam um movimento de protesto com o sugestivo nome *Brasil: outros 500*. Definiram o movimento como um ato de *resistência indígena, negra e popular*¹ e, dentre outras coisas, organizaram a *Conferência dos Povos Indígenas*, reunindo em Santa Cruz de Cabrália (BA) cerca de 3.000 representantes de 140 povos indígenas. O documento final redigido pela conferência fez diversas reivindicações como a demarcação e regularização de todas as terras indígenas, a retirada dos invasores (desintrusão), o fim de todas as formas de discriminação, a apuração dos crimes cometidos contra os povos indígenas nos últimos 20 anos, bem como outras tantas providências nas áreas de educação e saúde. Terra, educação, saúde e justiça foram, portanto, os pontos essenciais abordados pelo documento da Conferência dos Povos Indígenas, acrescido de uma outra reivindicação aparentemente menos palpável: "...que a verdadeira história deste país seja reconhecida e ensinada nas escolas, levando em conta os milhares de anos de existência das populações indígenas nesta terra."²

1. Conferência dos Povos Indígenas. Documento final. In: *Projeto Brasil Outros 500*. <http://www.brasil-outros500.org.br/>, [26/07/2000].

2. Conferência dos Povos Indígenas. Documento final. In: *Projeto Brasil Outros 500*. <http://www.brasil-outros500.org.br/>, [26/07/2000].

A solicitação de que a *verdadeira história* seja ensinada indica que, para os índios reunidos em Cabrália, a história ensinada nas escolas brasileiras não é verdadeira porque, entre outras razões, a presença indígena nas terras, hoje brasileiras, tem sido sistematicamente ignorada. Os povos indígenas estão, de fato, sub-representados ou até mesmo não representados na historiografia, tanto naquela dirigida à formação básica dos cidadãos brasileiros, ensinada nas redes de ensino médio e fundamental, quanto na mais acadêmica, ministrada pelas universidades nacionais. A historiografia é, entre outras coisas, um diálogo entre presente e passado ou, se preferirmos, uma interrogação sistemática feita por pesquisadores de um determinado presente sobre temas e problemas do passado. Se o índio é pouco visível nas obras de caráter historiográfico, especialmente naquelas que tratam do período pós-colonial, é porque, em grande medida, também teve pouca visibilidade no ambiente social que originou aquelas obras. Formou-se um círculo vicioso: a subalternidade social gera uma espécie de *invisibilidade* histórica e esta, por sua vez, ajuda a reproduzir a subalternidade e *invisibilidade* social. Trata-se, além disso, de um círculo vicioso que precisa ser, de algum modo, superado.

Indicativo da situação subalterna da questão indígena nos estudos historiográficos são as pesquisas realizadas sobre o processo de ocupação e colonização do vale do rio Doce e regiões adjacentes situadas no atual estado do Espírito Santo, uma dinâmica histórica apenas efetivamente deslanchada naqueles territórios a partir de 1800 e, mesmo assim, de forma relativamente lenta e rudimentar. A exemplo do que ocorre em estudos sobre outras regiões do país, a história do processo de colonização do vale do rio Doce está pouco desenvolvida e praticamente desvinculada de qualquer preocupação sistemática em recuperar o problema indígena, muito embora os índios estivessem fisicamente presentes nas terras e dependessem delas visceralmente.

A pouca atenção dada à questão indígena já é uma lacuna, um desafio e um claro indício da existência de sérios vícios teóricos e metodológicos presentes na maneira corrente de escrever-se a história do processo de ocupação e colonização territorial. Se isso está correto, como creio que está, o que dizer, então, das inúmeras situações em que a presença indígena foi completamente ignorada, a ponto de fazer-nos crer que eles nunca existiram nas terras depois ocupadas e repovoadas?

A reivindicação da Conferência dos Povos Indígenas reunidos em Cabrália de que a *verdadeira história* seja ensinada, isto é, uma que reconheça a presença indígena, não é aleatória ou exagerada. É, contudo, muito mais complexa do que à primeira vista parece ser. O problema da *verdade* é simultaneamente

um dos temas centrais do debate teórico-metodológico sobre o processo de produção do conhecimento histórico e também um dos mais controversos, cuja reflexão, aliás, está muito longe de ter sido encerrada. Exemplo disso foi o debate sobre os *500 anos da América*, ocorrido em 1992, cujas preocupações centrais estão sendo revistas no debate mais recente sobre os *500 anos do Brasil*. Em 1992 diversos estudiosos se debruçaram no problema de como definir o aparentemente simples *fato* representado pela aparição de Cristóvão Colombo nas terras que posteriormente ficariam conhecidas como *Novo Mundo* ou *América*. Robert F. Berkhofer resumiu a controvérsia então em pauta ao perguntar qual seria a melhor rótulo para aquele acontecimento histórico: Descobrimiento? Invasão? Conquista? Encontro? Intervenção?³

O debate sobre o melhor *rótulo* fez parte de uma discussão maior que, no fim, procurou avaliar qual seria a *interpretação* mais válida ou o melhor *ponto de vista* para abordar e refazer o contexto histórico não apenas da chegada de Colombo, mas igualmente de todo o processo histórico posterior. A mesma controvérsia está presente no debate sobre os *500 anos do Brasil*. No caso brasileiro, o que se seguiu à chegada de Cabral, por exemplo, foi um processo de invasão, doenças, guerras, dizimação e dominação, como sugeriu o líder indígena Jorge Terena em um recente artigo publicado pelo *Jornal do Brasil*⁴? Ou um processo de elevado valor, como propôs a política carioca Sandra Cavalcanti, em outro artigo publicado no mesmo dia e coluna⁵. Para ela, os portugueses *ensinaram* aos índios *a plantar e a colher, a cantar e escrever e que não se deve fazer churrasco dos seus semelhantes*⁶. Sandra Cavalcanti referiu-se aos “compêndios de história”, sem citar referências, para dar autoridade à sua argumentação que, em resumo, negou ter existido conquista ou invasão porque os índios nunca formaram uma *nação* e o Brasil, ademais, “... nunca pertenceu aos índios”.

3. BERKHOFFER Jr, R. F. *Beyond the great story. History as text and discourse*. Cambridge: Harvard University Press, 1997, p. 45.

4. TERENA, J. Não puderam matar nossas raízes. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21/04/2000, p. 9.

5. CAVALCANTI, S. Brasil nunca pertenceu aos índios. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21/04/2000, p. 9.

6. CAVALCANTI, S. op. cit., p. 9.

Diante das posições de Sandra e Terena torna-se quase inevitável que se pergunte quem tem razão e os historiadores são, via de regra, acionados para dirimir tantas e tamanhas divergências. No entanto, o que a historiografia tem feito com relativo sucesso é menos oferecer a verdade definitiva sobre a história do que, como disse Finley, tornar relativamente inútil o passado nos debates políticos do presente, ao desmistificar hábitos de pensamento herdado⁷. Isso já é um importante passo, pois se Sandra fosse uma leitora mais atenta dos compêndios de história, que diz ter lido e consultado, saberia que *nação* é um conceito muito ambíguo e que, além disso, mesmos os índios não formando uma única nação indivisa, a hipótese da conquista não fica necessariamente inviabilizada. Sua argumentação recupera, como diria Finley, numerosos hábitos de pensamento herdado, inclusive a idéia de que os portugueses “ensinaram os índios a plantar” que é um dentre outros mitos sobre o processo de colonização. Muito mais próximo da realidade histórica é reconhecer o papel fundamental exercido pelos índios nos dois primeiros séculos da colonização, porque, dentre outras coisas, foi parte deles quem primeiro ensinou aos portugueses como sobreviver na nova terra, inclusive plantando espécies alimentares nativas do continente.

Não restam dúvidas, no entanto, de que os estudos históricos das últimas décadas têm formulado novos problemas e, graças a isso, incorporado setores sociais que, até então, podiam ser definidos como os *sem-história*. Como recentemente escreveu Carlos Guilherme Mota, referindo-se aos cinco séculos de experiência afro-luso-brasileira:

“Cinco séculos que permitem, na *longue durée*, indagar do sentido ou sentidos das Histórias plurais de nossas formações histórico-ideológicas, apontando para uma revisão profunda de nossa historiografia. Seja na vertente dos encontros e desencontros de civilizações autóctones e forâneas, seja na reafirmação de uma história “dos de baixo”, um outro horizonte se apresenta. Pois, na feitura dessa outra História, em contraposição à história dos brancos de frei Vicente do Salvador até Varnhagen e Pedro Calmon, começam a surgir as sagas anônimas dos ‘índios’, dos escravos negros e dos negros livres, dos pés descalços, das mulheres, dos idosos, das crianças, dos excluídos em geral. E, para além de todos, essa categoria imensa e silenciosa, nado obstante muito real: a dos sem-história.”⁸

7. FINLEY, M. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1984, p. 55.

8. MOTA, C. G. Introdução. In: Mota, C. G. (org). *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000, p. 27.

Parte da renovação experimentada pela historiografia preocupada com os setores sociais marginalizados e sem-história pode ser observada no processo de desenvolvimento das pesquisas sobre a expansão das fronteiras nacionais em países do continente americano. O conceito de *fronteira* se tornou particularmente sugestivo, aliás, para a historiografia norte-americana, profundamente influenciada pela publicação do artigo *The significance of frontier in American history*, de Frederick Jackson Turner, em 1893⁹. Desde então, as diversas *situações de fronteira* produzidas pela expansão territorial interna daquele país, graças ao processo de imigração e colonização, tornaram-se uma verdadeira sub-área da historiografia norte-americana.

Tanto quanto os Estados Unidos do século XIX, o Brasil do século XX ainda possuía vastas regiões territoriais consideradas ainda *virgens* ou mal integradas ao processo de desenvolvimento econômico e social e, não sem razão, observadores mais argutos se interessaram por compreender o impacto da integração dessas fronteiras inexploradas ou parcamente exploradas à dinâmica da vida nacional. No Brasil, a tentativa mais crítica de introduzir-se o conceito de *fronteira em expansão* na avaliação do processo de desenvolvimento nacional partiu do geógrafo Pierre Monbeig, que, em lugar de usar o termo clássico *fronteira*, fez uso em sentido similar do conceito de *frente pioneira*. Desse modo, no início dos anos 1950 ele publicou um artigo sobre a estrutura agrária da *frente pioneira* de São Paulo, depois incorporado como capítulo do livro *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*¹⁰. Caio Prado Jr., que prefaciou o livro de Monbeig citado acima, escreveu: “Estão aí seus trabalhos que abordam tantos e tão importantes aspectos geográficos da vida brasileira; a começar pelo pioneirismo, feição essencial da formação de nosso país, ainda em pleno jogo, e que encontram em Pierre Monbeig o primeiro e por enquanto único tratamento rigoroso, sistemático e de largo alcance.”¹¹

9. TURNER, F. J. *The significance of frontier in american history and other essays*. New York: Henry Holt and company, 1994.

10. O artigo foi originalmente publicado em frances em 1951 e depois traduzido com o título *As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista*, integrando um dos capítulos do livro *Novos estudos de geografia humana brasileira*. Cf. MONBEIG, P. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

11. PRADO JR, C. Prefácio. In: MONBEIG, P., op. cit., s/p.

As condições histórico-sociais do período favoreciam o interesse pelo estudo das fronteiras em expansão, até porque, como observou Caio Prado Jr., o *pioneirismo* ainda estava em *pleno jogo* durante a segunda metade da década de 1950. Mais que isso, as condições políticas eram particularmente favoráveis ao interesse despertado pela expansão das fronteiras internas da nacionalidade, pois superar as distâncias que separavam o *interior* do *litoral*, povoar os imensos *vazios demográficos* de vastas regiões do interior e incorporar a geografia brasileira ao processo econômico e social foram algumas das maiores metas políticas dos governos pós 1930. A chamada Marcha para Oeste de Getúlio Vargas, a política de integração nacional de Juscelino Kubitschek, baseada na construção de Brasília e do cruzeiro rodoviário que a ligaria aos diferentes pontos do território, e o projeto de colonização da Amazônia desencadeado na década de 1970 pelo regime político-militar de 1964 são alguns exemplos de medidas institucionais tomadas para fomentar a ocupação e a colonização do Meio-oeste e Norte do país, que se tornara, então, um dos desafios aceitos pelo Estado brasileiro.¹²

A realização das políticas de colonização e integração nacional fomentaram, ainda mais, a criação de *frentes pioneiras* em diversas partes do território nacional e em diferentes momentos histórico-sociais. Contudo, o estudo desse processo esteve originalmente preocupado em compreender como a fronteira agrícola em expansão integrava novos territórios à dinâmica dominante da economia nacional. Tudo que existia antes da chegada da *frente pioneira* era, por assim dizer, de menor relevância. Analisando a ação desbravadora do *caboclo* na frente pioneira paulista, escreveu Pierre Monbeig:

“Devemos considerá-los os verdadeiros pioneiros? Sua ação sobre a paisagem, como as dos mineiros, foi praticamente nula; uns e outros, apenas derrubaram a mata. Economicamente, nada os prende ao grande movimento de expansão agrícola e comercial paulista; quando a onda de povoamento os alcança ou envolve, partem para mais longe, incapazes de se adaptar às novas condições. Esses caboclos das glebas são os últimos representantes da velha economia rural e do antigo povoamento do sertão, e não as sentinelas avançadas da marcha para o oeste, como se poderia pensar. Sua presença não implica numa valorização da floresta, no quadro econômico atual”¹³

12. MOREIRA, V. M. L. *Brasília: a construção da nacionalidade. Um meio para muitos fins*. Vitória: Edufes, 1998, pp.184-188.

13. MONBEIG, P., op. cit., p. 111.

Os *caboclos* não eram, portanto, as *sentinelas avançadas* do movimento pioneiro da marcha para o Oeste, e, desdobrando o raciocínio do autor, menos ainda seriam as populações de tribos isoladas e independentes da sociedade nacional, que nem mesmo faziam parte da *antiga economia rural* e do *antigo processo de povoamento* dos sertões. De fato, nem índios isolados nem a população pobre e mestiça das regiões interioranas foram os agentes dominantes da *frente pioneira*, embora sobretudo os *caboclos* tenham dado suporte àquela expansão, uma questão, aliás, subestimada por Monbeig. Sua reflexão crítica sobre o processo de expansão da agricultura comercial sobre o território brasileiro não abarcou a história das populações atingidas pelas frentes pioneiras, sugerindo, no entanto, o seu caráter subalterno, e indicando, ademais, que o desenvolvimento das zonas pioneiras implicava, também, na progressiva expulsão das populações preexistentes.

Mas enquanto o estudo sobre a *frente pioneira* não enfrentou a história das populações preexistentes, a questão indígena foi tomada como problema principal da avaliação de certos antropólogos, igualmente observadores do processo de integração de novos territórios à dinâmica da sociedade dominante. Graças ao conceito de “expansão da sociedade nacional”, Darcy Ribeiro descreveu e analisou, no início dos anos 1960, por exemplo, o processo de dizimação em curso de numerosos povos indígenas do território brasileiro, justamente como resultado daquele processo de expansão¹⁴. Tratava-se da análise do fenômeno do desaparecimento físico de tribos indígenas inteiras, e não de sua integração à vida social e econômica brasileira, resultante do processo de *expansão da sociedade nacional*. Tratava-se, ademais, do estudo do mesmo fenômeno circunscrito no conceito de *frente pioneira*, *frente de expansão* ou *fronteira*, visto, contudo, sob um ângulo bastante diverso, isto é, a do índio, como observou recentemente, aliás, José de Souza Martins.¹⁵

Mais recentemente os estudos sobre as *situações de fronteira* têm passado por um crescente revisionismo. A historiografia norte-americana, com mais de um século de estudos desse gênero, é um caso exemplar. A influência central exercida por Frederick J. Turner, cujos artigos publicados no final do

14. RIBEIRO, D. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura: Serviço de Informação Agrícola, 1962, passim.

15. MARTINS, J. de S. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 152.

século XIX definiram problemas e perspectivas, tem sido revista sobretudo porque, como argumentam os revisionistas, sua obra subestimou, e no limite até mesmo ignorou, as populações aborígenes e tantos outros conflitos sociais que tiveram como teatro as zonas de fronteira. Para os revisionistas norte-americanos, a fronteira não é apenas o lugar de expansão de colonos de origem européia e das instituições e do modo de vida que eles criaram na nova terra. É também, e mesmo sobretudo, uma zona de conflito entre inúmeros e diferentes atores sociais.¹⁶

A mesma tendência em salientar a diversidade de agentes sociais e o caráter conflituoso presente nas zonas em *situação de fronteira* aparecem em estudos sobre a América Latina e o Brasil. Para Weber e Rauch, por exemplo, o conceito de fronteira, em seu uso acadêmico e crítico, significa zonas geográficas de interação entre duas ou mais culturas¹⁷. Tais zonas geográficas produzem, como explicam os autores, uma dinâmica própria, única para determinado tempo e lugar, e apenas deixam de ser uma fronteira quando as culturas se fundem.¹⁸ Embora não tenham esclarecido o que seria, efetivamente, uma fusão cultural, capaz de cessar a existência da fronteira como situação específica, deixam algumas pistas, ao afirmarem que enquanto os povos indígenas resistiram à onda colonizadora, tais regiões permaneciam em uma situação de fronteira. Bem mais clara, contudo, é a definição de situação de fronteira proposta recentemente por José de Souza Martins. Para ele, fronteira significa não apenas uma situação de alteridade, mas igualmente

16. De acordo com Aron, um dos historiadores da geração de revisionistas sobre o estudo das fronteiras “... in Kentucky and across the Great West, the process of conquest, colonization, and consolidation overlapped; they did not unfold in an orderly parade. Nor was the ejection of Indians people, the resettlement of expropriated lands, and a construction of a new political and economic order a cause for uncritical celebration. Indeed, in recent years revisionist historians have recast Turner’s progressive procession as a gloomy litany of peoples dislodge, cultures disturbed, land despoiled, and dreams destroyed.” Cf. ARON, S. *How the West was lost*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1996, p. 2.

17. Cf. WEBER, D & RAUSH, J. M. *Where cultures meet. Frontiers in Latin American History*. Wilmington, DE: Jaguar Books on Latin American, 1994, p. XIV.

18. Além disso, para os autores a América Latina possui uma história balizada por muitas fronteiras, que ocorreram de maneira sucessiva ou concomitantemente em determinadas zonas: a fronteira do gado, a fronteira agrícola, a fronteira da mineração, a fronteira da borracha, a fronteira comercial, entre outras, envolvendo diferentes atores sociais como índios, bandeirantes, gaúchos, vaqueiros, quilombolas (cimarrones), mineiros, exploradores da borracha, fazendeiros, comerciantes etc. Op. cit., p. XIV.

uma relação com o outro cujo traço distintivo é o conflito.¹⁹ Segundo Martins, a “... fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* torna-se parte antagônica de *nós*.”²⁰

A idéia que tinham os administradores, fazendeiros e colonos no princípio do século XIX sobre os sertões e as matas habitadas pelos chamados *índios bravos* do rio Doce possui certa similitude com a noção de frente de expansão da sociedade nacional dos antropólogos ou com a noção de fronteira como zonas de encontro e conflito entre culturas diversas. Em todos esses casos, está claro serem tais territórios de encontro zonas essencialmente balizadas pelo conflito entre partes diversas entre si, isto é, *índios* e *brancos*. É bem verdade, no entanto, que, ao contrário dos antropólogos, para muito dos homens e mulheres que viveram o que eles mesmos definiam como um encontro com o *mundo bárbaro*, cheio de confrontos, guerras e perigos, a real humanidade dos indígenas não era, em absoluto, uma certeza.

O índio era o *outro*, cuja humanidade foi muito freqüentemente negada no morticínio praticado durante o processo de contato. Aliás, a esse respeito vale a pena citar o que pensava, em 1828, o presidente da província de Minas Gerais, Francisco Pereira do Santos, sobre o caráter dos botocudos, uma das tribos que habitavam o vale do rio Doce: “Permita-me V. Ex. refletir que de tigres nascem tigres; de leões, leões se geram; e dos cruéis Botocudos (que devoram, e bebem o sangue humano) só pode resultar prole semelhante”.²¹ Era apenas definindo o *outro* como *bárbaro*, *selvagem* e *não-humano* que o processo de *civilização* dos territórios selvagens e *dos selvagens* adquiria plena legitimidade. E, de fato, essa alteridade mortífera que separava *civilizados* e *selvagens* era apenas parcialmente superada quando o *índio selvagem* transitava dessa condição para o estatuto de *índio civilizado*. A plena integração dos índios, fossem eles considerados *selvagens* ou *civilizados* só se dava, no entanto, quando os mesmos eram reconhecidos como *caboclos*,

19. José de Souza Martins, op. cit., p. 150.

20. José de Souza Martins, op. cit., p. 150.

21. Apud. CUNHA, M. C. da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, M. C. (org). *História dos índios no Brasil*. 2 ed., São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 134.

reconhecidamente umas das partes antagônicas que compõem a trajetória de desenvolvimento da *nossa* sociedade.

Não é absolutamente por acaso, ademais, que o revisionismo presente nos mais recentes estudos sobre as *situações de fronteira* estejam destacando principalmente o caráter conflituoso do processo. A idéia de uma fronteira em expansão desvinculada dos conflitos étnicos e sociais presentes nas zonas de fronteira transforma a descrição do fenômeno em algo bastante ideológico, justamente porque transforma o movimento de expansão em algo realizado sobre uma espécie de *vácuo social*, desinteressando-se e até mesmo ignorando os sérios conflitos que tiveram como palco precisamente as áreas de expansão que progressivamente foram incorporadas à sociedade dominante, graças ao dinamismo social e econômico da *fronteira*, da *frente pioneira* ou das *frentes de expansão*.²² Esse processo de ideologização torna-se especialmente claro nos discursos políticos e nas obras de caráter apologético, pois freqüentemente ignoraram a situação e mesmo a existência de populações anteriormente instaladas nas frentes de expansão, inclusive as histórias de violências e expropriações que tão amargamente pesavam sobre aquelas pessoas.

No Brasil, por exemplo, ao mesmo tempo que o Estado fomentava o processo de colonização e integração nacional, os discursos políticos do período entre 1940 e 1970 muito freqüentemente enalteciam a bravura dos *pioneiros* do desbravamento de territórios inóspitos e selvagens e obras como a *Marcha para Oeste*, de Cassiano Ricardo, fazia a apologia dos “novos bandeirantes” e do “bandeirantismo” presente no Estado, graças precisamente às políticas de colonização e integração nacional.²³ Os termos *fronteira*, *frente pioneira* e *frentes de expansão* possuem, portanto, uma certa ambigüidade, pois tanto são usados pelo discurso dominante para definir a marcha da *civilização* em direção aos territórios selvagens e eventualmente habitados por *selvagens*, quanto pelo discurso das ciências sociais, que quer ser crítico em relação ao processo de colonização.

À parte a ambigüidade do conceito, a fronteira como zona territorial de contato e conflito entre culturas diversas é uma chave importante para a

22. De acordo com os autores Weber e Raush, op. cit., p. XIII: “As used by the invading culture, the word frontier has had a decidedly ideological quality.”

23. RICARDO, C. *Marcha para Oeste*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970, 644 e passim.

interpretação da história brasileira e, em particular, para a história da colonização do médio e baixo rio Doce, nos séculos XIX e XX. No que tange à história indígena, os conceitos de fronteira, frente pioneira ou frente de expansão da sociedade nacional podem ser proveitosamente desdobrados em outro, o de zona de contato, para justamente referir-se aos locais, dentro das frentes de expansão, onde se tornaram particularmente intensivos o convívio e o conflito entre índios e agentes da sociedade dominante.²⁴ E, por esse caminho, talvez nossa historiografia resgate parte da história anônima de tão numerosos índios, caboclos, pés descalços e pequenos posseiros sem-história.

24. Tomamos de empréstimo o termo “zonas de contato” de Mary Pratt, que o usa, no entanto, em lugar do conceito de “fronteira colonial”, um termo que a autora critica justamente pelo teor ideológico que muitas vezes lhe está subjacente. Para a autora, “‘contact zone’ in my discussion is often synonymous with ‘colonial frontier’. But while the latter term is grounded within a European expansionist perspective (the frontier is a frontier only with respect to Europe), ‘contact zone’ is an attempt to invoke the spatial and temporal copresence of subjects previously separated by geographic and historical disjunctures, and whose trajectories now intersect.” PRATT, M. L. *Imperial eyes. Travel writing and transculturation*. London/New York: Routledge, 1992, pp. 6-7. Ainda segundo a autora, zona de contato é essencialmente zonas de conflitos pois significa “... social spaces where disparate cultures meet, clash, and grapple with each other, often in highly asymmetrical relations of domination and subordination ...”. Op. cit., p. 4.